

# **O Mega Empreendimento do Porto Naval em Ponta Negra: Versões e debates na construção do problema ambiental e de uma agenda pública.**

Avanços de uma investigação em curso.

Grupo de Trabalho n. 15 - Meio Ambiente, sociedade e desenvolvimento sustentável.

Maria de Lourdes Cútaló de Lira Basques  
Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense

## **RESUMO**

O projeto de pesquisa vem acompanhando a dinâmica do movimento SOS PORTO NÃO na construção do problema ambiental e das contribuições para uma agenda pública a partir dos debates sobre a construção do Porto de Jaconé, Maricá/RJ, Brasil. Buscamos compreender como acontecem as discussões dentro das arenas públicas, quais os atores sociais envolvidos, as correlações de forças estabelecidas entre eles, marcando a participação popular nesse processo de confronto com o Estado, que pode resultar na construção de uma agenda pública.

**Palavras chave:** Construtivismo, movimentos ambientais, participação popular, problemas ambientais, arena pública de debates e agenda pública.

## **INTRODUÇÃO**

O Porto de Jaconé insere o município de Maricá/RJ, Brasil nas atividades relacionadas ao Pré sal, desenvolvidas pelo Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ<sup>1</sup>, na região do município de Itaboraí/RJ. O governo municipal de Maricá/RJ e a iniciativa privada através da DTA Engenharia S/A, e o governo do Estado do Rio de Janeiro, são os atores sociais responsáveis pelo projeto do Porto em Jaconé. Segundo informações publicadas em meio virtual<sup>2</sup> e pela prefeitura de Maricá/RJ<sup>3</sup>, o Porto de Jaconé terá a capacidade para escoar 850 mil barris de petróleo por dia pela Baía de Guanabara, constituindo-se em um mega empreendimento, trazendo importantes mudanças para o município de Maricá no litoral fluminense. Neste contexto se dá a organização do movimento ambiental chamado SOS PORTO NÃO<sup>4</sup>, criado em torno da possibilidade de construção do Porto que vem mobilizando a população local quanto aos problemas ambientais que esse mega empreendimento poderá trazer. Enquanto isso o governo municipal de Maricá/RJ postula os benefícios para a região de Maricá/RJ, em função da construção desse mega empreendimento.

O projeto do Porto de Jaconé encontra-se em fase de licenciamento e de elaboração do EIA - Estudo de Impacto Ambiental<sup>5</sup>. Sua construção possibilitará a oferta de novos empregos e possibilidade de crescimento profissional. Porém a chegada do Porto também trará preocupações com relação aos seguintes indicadores como por exemplo: O aumento populacional, a falta de infra

---

estrutura básica, o avanço da especulação imobiliária e o risco da crescimento da violência urbana. Os moradores buscam o exemplo do que aconteceu nas cidades de Macaé e Itaboraí, onde a chegada do Porto Naval e as obras do COMPERJ trouxe progresso, mas também problemas sociais como o aumento do índice de violência e a degradação ambiental. Em decorrência desse entendimento temem perder a qualidade de vida que o local proporciona, bem como as belezas naturais de valor turístico das praias do Sossego e de Ponta Negra, além do canal e de alguns pontos como o Farol e as *Beachrocks*<sup>6</sup>.

Nossa pesquisa acompanha essas discussões que antecedem a construção do Porto de Jaconé, durante os debates travados por ambos os lados, governo municipal e movimento ambiental. Nosso enfoque está na construção do problema ambiental pelo movimento SOS PORTO NÃO o que direciona nossa pesquisa a identificar a dinâmica desse movimento ambiental, e dos debates nas arenas públicas com todos envolvidos, os assuntos salientes e a construção de uma agenda pública.

Utilizamos alguns autores da sociologia ambiental para tratar de eixos temáticos no desenvolvimento da pesquisa. Sobre movimentos sociais e movimentos ambientais, utilizamos autores como Gohn (2000, 2011); H. Acselrad e Herculano sobre conflitos ambientais; Utilizaremos Bourdieu (1996), para abordar a questão do campo do poder a partir dos perfis dos atores sociais envolvidos nos debates entendendo a correlação de forças entre eles. A abordagem construcionista de Hannigan (1997) e a de Mário Fuks (2001) para as discussões central em nossa pesquisa sobre a construção de uma problemática ambiental. Lembramos que partindo de Mário Fuks (2001), a construção da agenda, é uma questão politicamente importante, pois descola o foco dos estudos dos assuntos públicos de suas condições objetivas para os estudos dos processos sociais relacionados às disputas pela sua definição em arenas argumentativas. Neste sentido, valorizando a ação e o debate, com espaço onde se dá o debate sobre a construção do problemas ambientais, refletimos sobre a agenda.

Todos esses elementos nos auxiliam a pensar no tema da construção do problema ambiental pelo movimento SOS PORTO NÃO em Maricá/RJ e a importância da participação popular na construção de uma agenda.

## **PROBLEMA DE PESQUISA**

Analisamos como se dá a construção dos problemas ambientais em torno da arena de conflitos relacionados do Porto em Jaconé, a partir da perspectiva de Hannigan (1997). Para esse autor, os problemas ambientais são entendidos como "... seqüências de acontecimentos definidos coletivamente." (Hannigan,1997). O enfoque está em procurar saber como o problema é gerado e sustentado por grupos de reclamação, através do conhecimento do processo de criação de exigências. O movimento ambiental percebe o problema, informa e mobiliza a população que participa de algumas maneiras, chamando a atenção para o problema ambiental detectado e para a necessidade de se posicionar diante do Estado.

Um problema ambiental em geral relaciona-se à questões científicas lembra Hannign, por vezes requer um conhecimento específico. O movimento ambiental tem se capacitado e assim aponta "problemas" que a população ainda não percebeu. Hannigan alerta que alguns assuntos tornam-se problemas ambientais e outros não. Assim não basta a divulgação científica a cerca de um problema ambiental descoberto, é necessário que se faça uma relação do problema apresentado com questões que afete por exemplo a saúde de determinada a população, para que haja a compreensão enquanto um problema ambiental. Nesse contexto, a mídia atua como um canal de difusão dos assuntos relevantes, constituindo-se em uma arena estratégica para a formação de uma agenda. Agenda pública é formada

por questões sociais, políticas e econômicas, nela aparecem os conflitos e jogos de interesses no âmbito do Estado e da sociedade, por isso é importante que haja uma interação entre a sociedade e o Estado.

O questionamento que nossa pesquisa procura levantar é: Como movimento SOS PORTO NÃO constrói um problema ambiental? Resulta na construção de uma agenda pública? Qual a participação da população nesse processo?

## **OBJETIVOS GERAL**

Identificar a dinâmica da elaboração de uma agenda pública considerando os problemas ambientais na construção do Porto de Jacaré, Maricá /Rio de Janeiro, Brasil.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

1. Identificar atores atuantes nessa arena de debates ( Movimento ambiental e poder municipal, universidades, comerciantes, a população em geral..). Destacando as identidades coletivas que formam suas histórias e trajetória política;
2. Relação de poder entre os atores sociais presentes nesse debate: Analisar a relação de poder entre os diversos atores;
3. Analisar a dinâmica do movimento SOS PORTO NÃO na construção do problema ambiental analisando a participação popular nesse contexto.
4. Identificar o processo de construção de uma agenda pública nesse contexto.

## **JUSTIFICATIVA**

A presente pesquisa visa avançar nas reflexões sobre o meio ambiente em Maricá/RJ, contribuindo no âmbito das pesquisas sociológicas sobre o temática da construção do problema ambiental tornando-se de interesse para a população. Nosso estudo focaliza o movimento ambiental SOS PORTO NÃO em Maricá/RJ, por ser esse o movimento criado para construir a resistência ao Porto de Jacaré. Esse movimento reúne integrantes de vários outros grupos ambientais, associação de moradores (Jacaré, Saquarema, Maricá), Comerciantes locais, União de Mulheres por Maricá - UBM entre outros, além da população local interessada.

Nossa escolha pelo construtivismo de Hanniger se deu devido ao interesse em utilizar a temática das arenas de debates (Fuks:2001) para investigar a construção do problema ambiental pelo movimento SOS PORTO NÃO. Ambos os autores, Hannigan e Fuks, consideram importante avaliar as informações partindo da sua origem, entendendo que os problemas ambientais são construídos, e não se automaterializam ((Hannigan, 1995) a partir de interesses, nem sempre claros, tornando-se públicos no momento em que configuram-se em queixas ou reclamações levadas adiante e sustentadas por grupos ambientalistas ou pela sociedade civil organizada. É importante perceber os interesses por trás das ações, afirmam os autores, sendo esse o enfoque que pretendemos privilegiar quando abordamos a dinâmica do movimento ambiental na construção do problema ambiental e a aproximação da população nos debates.

A perspectiva construtivista auxilia na compreensão das arenas como espaços de ação e debates de onde emergem assuntos relevantes que constituem as agendas. (Mário Fuks, 2001) e Hannigan (1995). Mário Fuks demonstra que a importância da formação das agendas, reflete na questão política, porque possibilita uma aproximação dos processos sociais relacionados às disputas que ocorrem nas arenas argumentativas. Nesse sentido, estudos nessa área, trazem uma reflexão sobre a

importância da participação a partir de uma dada organização, com o objetivo de contribuir para a criação de uma agenda que contemple as demandas apresentadas.

## **HIPÓTESE**

Nossa hipótese é que o movimento SOS PORTO NÃO se organiza nos debates públicos sobre o Porto de Jacaré da seguinte maneira:

- Participando de conselhos municipais e virtualmente pela rede mundial de computadores - a internet, mobilizando a participação através de arenas virtuais;
- Parcerias com universidades
- Capacitando-se tecnicamente para responder ao discursos do Estado conseguindo se fazendo ouvir;
- Encaminhando queixas ao Ministério Público através de ações civis públicas;
- Mobilizando a imprensa local, como acontece com a Rádio Sideral de Itaipuaçu, veículo de participação popular.
- Realiza a “passagem” dos problemas ambientais para os problemas sociais ao fazer a correlação com problemas que afetam as populações. Faz isso por exemplo quando relaciona a construção Porto à ausência de infraestrutura básica (água encanada e tratamento de esgoto) para receber o crescimento proposto, apontando para um problema de contaminação do lençol freático <sup>7</sup>.

O movimento ambiental SOS PORTO NÃO, constrói o problema ambiental a partir desse mecanismo, no confronto com o Estado nas arenas públicas de debates onde os assuntos relevantes constituem a agenda pública e passam ser difundidos pela sociedade, a população e pela mídia.

Problemas ambientais ganham expressão de problemas sociais na medida em que se tornam visíveis através dos movimentos reivindicatórios legitimando-se com a participação popular na arena de debates. Portanto quanto maior a participação dos atores sociais, mais representativo da realidade será a colocação do problema social, caso contrário, teremos versões privilegiando um olhar e a outro não.

No caso de Jacaré, já duas versões importantes em circulação: a que se refere aos benefícios que um empreendimento como o Porto pode trazer, em termos de aporte de verbas para o município e principalmente na oferta de cursos e novos empregos para a população. E do outro os problemas ambientais gerados a partir da construção com enfoque na possível perda da qualidade de vida da população de Maricá e o agravamento de problemas existentes como a ausência de saneamento básico.

## **LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO**

Maricá é uma região com grande potencial turístico, rodeada por maciços costeiros. As serras principais são: Calaboca, Mato Grosso, Lagarto, Silvado, Espreado e Tiririca. O município apresenta um grande complexo lagunar que contempla as lagoas de Maricá, Barra de Maricá, do Padre, Guaripina e Jacaré, além dos canais de Ponta Negra e de Itaipuaçu que ligam as lagoas ao mar. Também é conhecida por suas belas praias oceânicas, dentre as quais se destacam a de Jacaré, Ponta Negra, Barra de Maricá, do Francês e Itaipuaçu. A Serra da Tiririca, entre Maricá e Niterói, é um Parque Estadual com um valioso trecho de Mata Atlântica. A Área de Proteção Ambiental, a APA Estadual de Maricá é uma área tipicamente de restinga, localizada na costa do município; é formada pela antiga fazenda São Bento da Lagoa, a Ponta do Fundão e a Ilha Cardoso, abrigando a Comunidade Pesqueira tradicional de Zacarias, presente na área desde o século XVIII, sítios geológicos e o complexo ecossistema de

---

restinga. Maricá é um município que vem crescendo nos últimos anos, a taxa de crescimento urbano<sup>8</sup>. Maricá é um dos municípios fluminense de maior ritmo de crescimento populacional do Estado. Chama a atenção que Maricá apesar de todo crescimento pelo qual a cidade vem passando, não tem infraestrutura e saneamento básico, ou seja, não há sistema água e esgoto, a água utilizada é de poço.. Assim, sua fisionomia antes agrícola, hoje avança no sentido da urbanização crescente. Maricá/RJ é uma cidade dormitório, onde pessoas deixam grandes metrópoles como RJ e SP em busca de tranquilidade e qualidade de vida para viver, mesmo ainda convivendo com a realidade de veranistas.

Maricá é uma cidade sem infraestrutura básica de água e esgoto com características de cidade do interior e vocação turística, muito procurada pela qualidade de vida que oferece tanto por veranistas, quanto por moradores residentes.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **A Sociologia Ambiental**

Como a temática ambiental ultrapassa sua compreensão no círculo das ciências biológicas e passa a fazer parte dos questionamentos no âmbito da sociologia e das ciências sociais? Como esses conhecimentos ganham relevância na construção das políticas públicas na área de meio ambiente no Brasil e no mundo tornando-se um tema importante na área das ciências humanas? Aqui vamos abordar o crescimento gradual da sociologia ambiental, ganhando importância e constituindo-se em ferramenta na construção de políticas públicas governamentais.

Os pioneiros da sociologia clássica, Durkheim, Marx e Weber, realizaram uma abordagem sobre a questão ambiental de forma tangencial e tímida considerando a época em que viveram.

A questão ambiental emerge no seio das ciências sociais em uma disciplina denominada sociologia ambiental, um ramo da sociologia cuja discussão segundo Ferreira (2001) ganha destaque a partir de 1945, quando a sociologia passa a preocupar-se com movimentos de reivindicação e protesto. Nos anos 1960, surge a sociologia ambiental com produção científica, na carona dos movimentos de contestação social que abordam a degradação dos recursos naturais e o desenvolvimento do industrialismo. Neste momento ainda não havia um corpo teórico que respondesse a tais questionamentos, havia uma resistência em considerar questões sobre ambiente relacionadas às questões sociais. Segundo Hannigan (1997) essa resistência do “núcleo duro” das ciências sociais se deu principalmente pela visão modernizadora<sup>9</sup>, perspectiva conservadora presente no século XX, que condicionava o olhar do que hoje chamamos de preocupação ambiental, como atraso ou obstáculo ao progresso. Nos anos 1960, um grupo de sociólogos percebe a importância da problemática ambiental para a sociedade como um todo. A partir dessa percepção tivemos um domínio da sociologia ambiental norte americana até o fim dos anos 1980 e início dos anos de 1990. Os norte americanos preocuparam-se inicialmente com os processos ligados às sociedades modernas, minimizando a teorização dos processos de melhoramento ambiental, enfatizando uma espécie de reducionismo quanto a política ambiental. Mais recentemente, no âmbito das teorias sobre a pós modernidade, autores com Beck (1992) e outros, sobre sociedade de risco e Hannigan (1997) e outros, sobre a modernidade reflexiva, caracterizam a sociedade pós moderna ou contemporânea oferecendo um arcabouço teórico sobre a temática ambiental.

Nos anos de 1980, surge na região sudeste<sup>10</sup> os primeiros centros de pesquisa<sup>11</sup> voltados para o aspecto ambiental com uma abordagem multidisciplinar, influenciados pelos teóricos da ecologia e

ecologia política num primeiro momento e conceitos sobre desenvolvimento sustentável. Nos anos 1990 a preocupação teórica volta-se para a temática da globalização. A partir daí surge outros temas como justiça ambiental<sup>12</sup> relacionando a temática ambiental ao panorama de injustiças sócio ambientais. O debate internacional mostra-se receptivo aos cientistas sociais brasileiros que buscam realizar seus cursos de doutorado em outros países fortalecendo o intercâmbio.

Um outro resgate que podemos fazer refere-se à questões ambientais começando a fazer parte da agenda das nações e organismos internacionais. Isso começa a acontecer de forma mais acentuada a partir da conferência de Estocolmo em 1972 organizada pela ONU e das discussões do Relatório Meadows, intitulado “Os Limites do Crescimento”. Historicamente o processo para que as questões ambientais comecem a fazer parte da agenda geral das políticas internacionais é gradativo. Em 1972 é criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente em (PNUMA), responsável pela concepção e implementação de ações para meio ambiente. Eventos como a Eco 92 e a Rio + 20 meio que popularizaram a chamada questão ambiental, aproximando-se da sociedade. Em 1983 a ONU criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela primeira-ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland. Essa comissão realizou uma ampla avaliação dos problemas ambientais relacionadas ao desenvolvimento econômico. Seu trabalho resultou na publicação de um relatório intitulado "Nosso Futuro Comum", publicado em 1987 no Relatório Brundtland. Assim, aos poucos, os temas ambientais foram sendo incorporados aos programas de governo das nações no mundo, aos partidos políticos e à agenda dos organismos internacionais.

Os movimentos em defesa do meio ambiente se organizam e através do encaminhamento de reivindicações ao poder público, estabelecendo uma relação de luta em nome de direitos ambientais para todos, tem sua demanda reconhecida pelo Estado. A sociologia ambiental vai se afirmando como ramo dentro da sociologia e os problemas ambientais tornam-se parte do cenário político de reivindicações.

No Brasil, a questão ambiental torna-se um assunto estratégico acompanhando a tendência mundial. A institucionalização das demandas ambientais pelo Estado através da ótica do desenvolvimento sustentável<sup>13</sup> promoveu uma preocupação com a preservação ambiental. A partir de 1970 tem início a formação da área ambiental em diversos espaços dentro do Estado, surge a SEMA, Secretaria Especial de Meio Ambiente. Assim são criados instrumentos de controle ambiental tais como a Política Nacional de Meio Ambiente e uma série outras leis formando um conjunto de regras e normas sobre a questão do meio ambiente. Surge ainda um crescimento do setor empresarial com a confecção de artigos vinculados à problemática ambiental, mantendo a lógica do capital. Contudo, segundo Jacob, (2003) a institucionalização no Brasil das demandas ambientais constituiu-se na tentativa de atenuar uma imagem negativa que se distanciava das tendências mundiais. Autores como Alonso (2002) mencionam cooptação das demandas pelo Estado das demandas ambientais. De todo modo, o a questão ambiental passou para o lado de dentro do Estado e a expressão disso são o conjunto de leis ambientais, considerado por especialistas como modernas e que acompanha a tendência mundial na área de proteção ao meio ambiente, mas que contudo, na fiscalização e controle ainda deixa a desejar.

O processo de redemocratização, e o fim da ditadura militar, a partir dos quais ocorreu a diminuição da repressão aos protestos sociais e a ascensão do movimento “ecológico” com retorno dos militantes, que trazem novas formas de protestos (Gohn, 2000) com a presença de novos atores sociais.

## **Movimentos ambientais, participação em fóruns e arenas públicas de debates e institucionalização de demandas pelo Estado**

Utilizamos a abordagem de Maria de Glória Gohn (2000, 2010) como base para nos aproximarmos conceitualmente dos movimentos ambientais em nossa pesquisa.

Os movimentos sociais tradicionais, ou seja, aqueles cuja identidade de classe social estava relacionada ao mundo do trabalho formal, especialmente ao movimento operário sindical, sofrem mudanças a partir do momento em que a sociedade assume outras identidades trazendo à tona “novas” demandas. Estas novas identidades apresentam-se relacionadas às questões sobre raça e etnia, ambientalismo, feminismo, homossexualismo, ruralistas, pacifistas, imigrantes, atingidos por barragens, consumidores, trabalhadores sem teto, trabalhadores sem terra. Meio ambiente e assim por diante a uma série de novos atores sociais com demandas, buscando legitimidade. Dentre esses, vai nos interessar o movimento ambiental. Essas novas demandas, que fogem diretamente das questões trabalhistas, são reconhecidas como novos movimentos sociais incorporando tanto o segmento da classe média, quanto aqueles que encontram-se à margem do mercado formal de trabalho. Apresentam as seguintes características: Articularem-se através de redes construindo pautas coletivas e buscando visibilidade social. Não visam a tomada do poder do Estado, mas objetivam preencher espaços políticos não institucional interferindo nas políticas estatais. Contrapõe-se não mais exclusivamente ao Estado, mas também aos demais agentes econômicos presentes nas disputas, lutam pelo “direito a ter direitos” (Gohn,2000), buscam o reconhecimento e o respeito às diferenças e às demandas sociais, trazem à tona questões como a necessidade de qualificação do tipo de ação coletiva.

O papel do Estado globalizado sugere avanços nessa relação com sociedade, prioriza processos de inclusão social de camadas excluídas socioeconomicamente como uma forma de atender às novas exigências das organizações da sociedade civil. Contudo, apesar de reconhecer a existência das novas demandas desses sujeitos coletivos, na correlação de forças entre as partes, o Estado acaba estabelecendo uma relação de dominação, fazendo com que os movimentos percam sua autonomia e tenham suas demandas suplantadas, em algumas situações, por decisões do Estado literalmente de cima para baixo.

Em Maricá/RJ a participação dos movimentos sociais e da sociedade civil acontece via conselhos municipais e no fórum da Agenda 21 de Maricá/RJ. Esse fórum reúne a participação dos 4 setores da sociedade: governo, serviços, movimentos sociais além da população. É através da participação nessa arena que a sociedade civil exercita o direito de influenciar na gestão das políticas públicas do meio ambiente em Maricá/RJ, buscando seu reconhecimento e controle sobre decisões do Estado.

Fóruns e audiências públicas, ações civis públicas, são espaços de participação da sociedade civil onde o movimento organizado desenvolve um *empoderamento* de atores da sociedade civil incentivando: A participação e o posicionamento diante do Estado; O surgimento de identidades para grupos antes dispersos gerando um sentimento de pertencimento social, onde excluídos tornam-se incluídos; Apresentação de um conjunto de demandas via práticas de pressão e mobilização para ter suas demandas atendidas; Promoção da luta por novas culturas políticas de inclusão e da luta pela diversidade cultural; Realização de parcerias com outras entidades da sociedade civil e política tais como a universidades e organizações não governamentais ou movimento sociais; A sustentabilidade ambiental como proposta relacionada ao ecoturismo.

Segundo Gohn (2010) os movimentos sociais na atualidade enfocam o lema liberdade, igualdade e fraternidade próprios de movimentos tradicionais, ressignificando-os a partir da seguinte perspectiva: igualdade como justiça social, a fraternidade com solidariedade e a liberdade como a autonomia de inserção na sociedade da inclusão social (Gohn, 2010).

## A Construção do problema ambiental e a sociedade civil organizada

Utilizando a abordagem construtivista de Hannigan (1997) um problema ambiental ganha reconhecimento quando grupos organizados da sociedade civil encaminha queixa aos órgãos competentes para que a população tome conhecimento. Os problemas ambientais devem ser ‘construídos’ pelos indivíduos ou organizações que definem a poluição, ou outro estado objetivo como preocupante, e que procuram fazer algo para resolver o problema” (Hannigan,1995. Dentro dessa perspectiva de análise, o problema ambiental é construído a partir do seu reconhecimento público e encaminhamento das queixas aos órgãos competentes, pelos grupos organizados como o movimento ambiental, as ONGS, enfim a sociedade civil organizada, ou através de uma ação civil pública. É importante identificar “[...] a forma como o problema é gerado e sustentado pelos grupos de reclamação e as respostas institucionais a essas queixas” (Hannigan,1997). Desse modo os movimentos organizados ganham visibilidade a partir da construção de lutas e no enfrentamento de suas demandas diante do poder público. É através, das discussões nas arenas de debates públicos onde o Estado e o movimento SOS PORTO NÃO fazem suas explanações, e onde os debates se tornam acirrados, que surgem os assuntos que tornam-se importantes que passam a elencar a agenda.

Os autores levantam o aspecto de que a criação de leis ou a destinação de recursos públicos para um determinado setor, ocorre após a demanda se concretizar ganhando visibilidade pública. No sentido de Hannigan (1997), o problema ambiental só existe quando é levado à público, é necessário “fazer barulho” para tornar-lo legítimo. A ação governamental nesse processo privilegia o assunto que “vence” nas argumentações, que obteve destaque nos debates. A agenda pública é formada com os assuntos salientes, que ganham expressão junto a sociedade. É a partir daí que algumas ações governamentais podem ser construídas.

Complementa nossa abordagem a perspectiva onde nas arenas de debates os conflitos evidenciam a relação de poder entre os atores sociais presentes na disputa. A análise desses campos abre espaços para o entendimento acerca do motivos que levam esses personagens a participar das ações e articulações estabelecidas nas arenas públicas de debates, na opção por um do problema e não por outro. A identificação dos discursos argumentativos de cada grupo de atores que se destaca nos debates é importante para concluir essa observação ( Fuks,2001).

A relação de poder entre os atores sociais que se destacam nas arenas públicas de debates, é observada a partir da abordagem de Pierre Bourdieu (1996) sobre o espaço social e o campo do poder, em suas análises sobre as disputas de poder entre os atores sociais que ocorrem nas arenas durante os debates e também com relação ao perfil dos atores sociais envolvidos. Assim, nas palavras de Bourdieu: “... a sociologia postula que os agentes sociais não realizam atos gratuitos...” (Bourdieu,1996) esclarecendo que sempre há interesses principalmente numa arena de debates público. (o interesse para o autor é “estar bem”, participar e admitir que o “jogo” merece ser jogado). As definições de campo de poder, formado por grupos e seus interesses, aponta para a concepção onde *o campo* deve ser concebido relacionalmente, como um sistema de superações diferenciais, sempre relacionado á trajetória do sujeito. Onde:”... tomada de decisão depende da posição que eles ocupem na estrutura do campo, isto é, uma distribuição do capital simbólico específico, institucionalizado ou não e que através da mediação dos disposições constitutivas de seus habitus, inclina-os seja a transformar ou a conservar a estrutura dessa distribuição do jogo, a perpetuar as regras do jogo ou a subverte-las...” (Bourdieu,1996) Bourdieu menciona ser necessário que haja proximidade nos espaços das relações sociais e o reconhecimento mútuo dos interesses para que os atores se reconheçam num mesmo projeto político dentro do grupo. É necessário ainda que as questões que se apresentem sejam consideradas legítimas, ou seja, que haja um resgate de lutas anteriores, de onde se possa espelhar encaminhamentos que marquem a orientação de possíveis decisões no presente. Em nossa temática



sobre as arenas de debates públicos, a noção de *campo de forças*, de Bourdieu pode ser compreendida: “... Campo de forças, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados, conforme sua posição na estrutura do *campo de forças*, contribuindo pra a transformação ou conservação da estrutura...”(Bourdieu, 1996).

Assim de acordo com o conceito “campo de forças” definido em Bourdieu, a troca de argumentos relacionado á posição definido pela hierarquia, onde o Estado posiciona-se na organização dos debates (como no caso das audiências públicas) detendo o poder e controlando os microfones, literalmente, faz parte de um cenário de debates acalorados. Quanto mais organizada estiver a sociedade civil, mais versões argumentativas vai conseguir encaminhar nos debates, aumentando a correlação de forças.

## **METODOLOGIA**

Metodologia é o conhecimento crítico dos caminhos do processo de produção científica, produzindo questionamentos a cerca dos seus limites e possibilidades (Demo:1989). A metodologia científica discute maneiras de “fazer ciência” a partir de uma discussão teórica. A sociologia, assim com as ciências sociais apresentam uma base científica que se diferencia da utilizada pelas ciências naturais, em decorrência das dificuldades de tratamento do seu objeto. Segundo DaMatta (1991) distorções possivelmente surgem devido o sujeito investigado e o investigador partilharem de um mesmo universo de experiências humanas (DaMatta,1991). O autor sugere que é a capacidade de dialogar com o outro que nos possibilita realizar superações. Assim na sociologia os fenômenos não podem ser reproduzidos e submetidos a controle semelhante ao que ocorre dentro de um laboratório e, contudo o pesquisador pode valer-se do diálogo com seu objeto de estudo. Munidos dessas informações buscaremos desenvolver nossa abordagem científica.

Realizamos a coleta de dados a partir dos seguinte instrumentos de pesquisa: entrevistas semi estruturadas que poderão ser gravadas ou não<sup>14</sup>, documentos de arquivos originais e digitais e eletrônicos, biografias e observação direta.

Na presente pesquisa, nos utilizamos do método qualitativo de análise, essencialmente descritivo. Nossa escolha se deu em função do objeto de nossa pesquisa que pretende analisar os problemas ambientais ao redor da possível implantação do porto de Jaconé em Maricá/RJ. Realizamos portanto um estudo de caso, onde partimos dos contatos com os atores sociais integrantes do movimento ambiental e também dos demais atores participantes dos debates públicos sobre a construção do Porto de Jaconé. Nos encontramos na fase de levantamento da biografia / perfil dos atores presentes nos debates públicos através de entrevistas semi estruturadas, modalidade onde a conversa aproxima-se de um diálogo, mesmo que o pesquisador tenha um roteiro de intenções de perguntas, vai poder contar com certa flexibilização dando maior fluidez na entrevista. A entrevista é uma das mais importantes fontes de informação para um estudo de caso (Lakatos & Marconi, 1991).

O método qualitativo nos fornece a possibilidade de uma análise dos dados coletados nas entrevistas, onde buscamos dar maior ênfase aos processos do que aos resultados. Nas análises dessas entrevistas nos interessar os significados no contexto social e cultural detectados.

A neutralidade e a objetividade necessárias ao trabalho científico, passam a ser definidas pelo investigador na relação com os problemas detectados na pesquisa.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri, (org.), **A duração das cidades: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**, Rio de Janeiro: CREA, 2001.

ACSELRAD, Henri, MELLO, Cecília C do A, **Conflito social e risco ambiental: o caso de um vazamento de óleo na Baía de Guanabara**, In: *Ecología Política: Naturaleza, sociedad y utopia*, 2002.

AFONSO, Cíntia Maria, **Uso e ocupação do solo na zona costeira do Estado de São Paulo: uma análise ambiental**, São Paulo: FAFESP, 1999.

KAHL, Renan, **Pré-sal é colocado em cheque por questões ambientais**, In: *Agência Toque de Ciência*, Disponível em: <http://www2.faac.unesp.br/pesquisa/lecotec/projetos/agencia/index.php/publicacoes/noticias/8-geral/127-pre-sal-e-colocado-em-cheque-por-questoes-ambientais>>, 2010, Acessado em 15 de fevereiro de 2013.

AFONSO. Cintia Maria. **A paisagem da Baixada Santista: Urbanização e transformação**, Tese de doutorado da FAU/USP, 2006.

ALMEIDA, Josimar Paes de. **A Extinção do Arco-íris ecologia e história**. Centro Edelstein de pesquisas sociais, RJ, 2008.

ALONSO, Ângela, COSTA, Valeriano, **Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico**, Disponível em: [www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca\\_virtual/ALONSO\\_COSTA\\_CS%20e%20Meio%20Ambiente.pdf](http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/ALONSO_COSTA_CS%20e%20Meio%20Ambiente.pdf)>, 2002.

ASCELRAD, Henry, VIEIRA, Liszt, GUARANY, Reinaldo, **Ecologia: direito do cidadão, RJ: Gráfica JB**, 1993.

ARAÚJO, Francisco U. de, **A Política Nacional do Meio Ambiente**, In: NASCIMENTO, Eliomar, VIANNA, João Nila de Souza (Org), *Economia, meio ambiente e comunicação*, Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.

BARLAVENTO E SOTAVENTO, **COMPERJ na rota**, Disponível em: [barlavento.esotavento.wordpress.com/2013/04/21/upgn-comperj-rota3/](http://barlavento.esotavento.wordpress.com/2013/04/21/upgn-comperj-rota3/)>, Acessado em 15 de abril de 2013.

BARLAVENTO E SOTAVENTO, **UPGN - COMPERJ na rota**, Disponível em: [barlavento.esotavento.wordpress.com/2013/04/21/upgn-comperj-rota3/](http://barlavento.esotavento.wordpress.com/2013/04/21/upgn-comperj-rota3/)>, Acessado em 15 de abril de 2013.

BOURDIEU, Pierre, **Razões Práticas sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papyrus Editora, 1996.

BOURDIEU, Pierre, **Memória e Sociedade**, In: **O Poder Simbólico**, SP, [Bertrand Brasil](http://bertrandbrasil.com.br/), 1989.

BRASIL, Decreto nº 7.230, de 23 de abril de 1984 – cria a “Área de Preservação Ambiental”.

BRONZ, Déborah. **Empreendimentos e empreendedores, formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental – Brasil século XXI**. Tese de Doutorado defendida na UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 2011.

CÁSSIO, Garcez dos Santos, **Educação ambiental e ecologismo nas trilhas das caminhadas ecológicas**, Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da...

CHAMPAGNE, Patrick;LENOIR,Remi; MERLLIÉ,Dominique; TEIXEIRA, Guilherme João de Freitas. **Iniciação à Prática Sociológica**. Vozes, RJ, 1998.

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, Resolução n. 001 de 23 de janeiro de 1986-regulamenta os Eia /Rima.

DA SILVA, Leziro Marques. **Os perigos causados pelo cemitério de Maricá e seus impactos ambientais**, Disponível em:<[www.itaipuacusite.com.br/2013/02/os-perigos-causados-pelo-cemiterio-de.html](http://www.itaipuacusite.com.br/2013/02/os-perigos-causados-pelo-cemiterio-de.html)>, 2013, Acessado em 20 de março de 2013.

ESCOBAR, A. e PARDO, M. “Movimentos Sociais e Bio Diversidade no pacífico Colombiano”. In SANTOS, Boaventura (Ed) *Semear outras Soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio: Civilização Brasileira 2005.

FERREIRA, L. C. (2001) **Sociologia Ambiental, Teoria Social e a Produção Intelectual no Brasil**,In: Ferreira, L.C. (org). *A Questão Ambiental e as Ciências Sociais*, Ano 8, IFCH/Unicamp. Campinas.

FERREIRA, Leila da Costa, JACOBI, Pedro, REIS, Héctor Ricardo, **Ambiente & Sociedade**, Vol. IX,Nº 1, jan.-jun, 2006.

FRANÇA, Paula, Comperj: **Licença para contaminar**, In: <<http://www.ecodebate.com.br/2012/08/03/comperj-licenca-para-contaminar-por-laura-franca>>, 2012. Acessado em 16 de abril de 2013.

FUKS, Mario, **Arenas de Ação e Debate Públicos: Conflitos Ambientais e a Emergência do Meio Ambiente enquanto Problema Social no Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997.

FUKS, Mário, **Conflitos Ambientais no Rio de Janeiro ação e debate nas arenas públicas** UFRJ, RJ, 2001.

GIDDENS, A. " O mundo na era da globalização. Lisboa : Presença, 2000.

GOHN, Maria. G., *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola. 2000

GOHN, Maria da Glória. **O Protagonismo da Sociedade Civil movimentos sociais , ONGS e redes solidárias**, São Paulo: Editora Cortez, 2005.

GHON, Maria da Glória, **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**, Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

GONÇALVES. Carlos Walter Porto. *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Civilização Brasileira*, 2006, RJ.

GRAEL, Axel, **Blog de notícia**, Disponível em: <<http://axelgrael.blogspot.com.br/2010/11/censo-aponta-fuga-da-populacao-de.html>>, Acessado em 05 de Abril de 2013.

HANNIGAN, John <sup>a</sup> **A Sociologia Ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa, instituto Piaget, 1997.

HÉCTOR, Ricardo Leis. **O Labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização**. Ed. Gaia, SP, FURB. 1996.

HOGAN, Daniel e VIEIRA. Paulo. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 1992.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Dados Básicos**, In:<[www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=330270](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=330270)>, Acessado em 05 de janeiro de 2013.

JORNAL DO BRASIL, **Maricá terá emissário submarino e nova estação de tratamento de esgoto**, Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/03/18/marica-tera-emissario-submarino-e-nova-estacao-de-tratamento-de-esgoto/>>, Acessado em 01 de Abril de 2013.

JORNAL TRIBUNA, **Gasoduto do COMPERJ causa polêmica**, Publicado em: 16/04/2013.

KURY. Karla Aguiar; RESENDE, Carlos Eduardo de; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **O Entendimento da população de São João da Barra sobre a influência do megaempreendimento do Complexo Portuário e Industrial do Açú em seu cotidiano**. ANPOCS, SC, 2010.

LAKATOS e MARCONI. *Metodologia Científica*. São Paulo; Atlas, 1991.

LENZI, Cristiano Luis, **Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. EDUSC, ANPOCS, 2006.

LENZI, Cristiano Luis, **Sociologia ambiental e a controvérsia sobre os clássicos**, Disponível em <[www.academia.edu/919376/Sociologia\\_Ambiental\\_e\\_a\\_Controversia\\_sobre\\_os\\_Classicos](http://www.academia.edu/919376/Sociologia_Ambiental_e_a_Controversia_sobre_os_Classicos)>, 2007, Acessado em 10 de Abril de 2013.

LOUREIRO, David da Silva, MATIAS, Matheus Lage, FREIRE, Desirrée Guichad, **Avaliação do conflito socioambiental na APA da restinga de Maricá-RJ**, In: *Anais do XVI encontro nacional de geógrafos*, Disponível em <[www.marica.com.br/2007](http://www.marica.com.br/2007)>, Acessado em 10 de março de 2013, 2010.

LUIZ, Kátia Mansur, et al . **Geoparque, Costões e Lagunas do Estado do Rio de Janeiro proposta.** RJ, 2010

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico.** Editora Atlas, SP, 2009.

MOULIN, Ângela, SANTOS, Penalva, **Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro,** Rio de Janeiro, FGV, 2003.

NIELSEN, Annie, **Desafios do Desenvolvimento: Criminalidade avança pelo interior,** São Paulo: USP, 2009.

O GLOBO, **Resort em área de proteção provoca polêmica,** Disponível em: <[pib.socioambiental.org/es/noticias?id=101784](http://pib.socioambiental.org/es/noticias?id=101784)>, Acessado em 24 de março de 2013.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. JUNIOR, Heitor Matallo (ORG.). **Ciências Sociais Complexidade e Meio Ambiente.** Interfaces e desafios. Papirus SP, 2008.

PESSANHA, Margarida M. M.. **A percepção da população de Itaipuaçu perante a degradação ambiental e poluição das águas subterrâneas.** Monografia apresentada no curso de especialista em Planejamento e Educação Ambiental pela Universidade Cândido Mendes, 2007.

PRESERVEASSIM, **Emissário Submarino do COMPERJ em Itaipuaçu,** Disponível em: <[www.preserveassim.org/752/emissario-submarino-do-comperj-em-itaipuacu-marica/](http://www.preserveassim.org/752/emissario-submarino-do-comperj-em-itaipuacu-marica/)>, Acessado em 19 de abril de 2013.

PRIETO, Élisson Cesar, **Audiências, debates e consultas públicas: instrumentos decisórios de planejamento e gestão municipal no Brasil,** 2010.

RIMA – **Relatório de Impacto Ambiental,** Disponível em: <[pt.scribd.com/doc/52935988/RIMA-EMISSARIO-COMPERJ](http://pt.scribd.com/doc/52935988/RIMA-EMISSARIO-COMPERJ)>, 2010. Acessado em 19 de abril de 2013.

ROCHA, Ednaldo Cândido, DO CANTO, Juliana Lorensi, PEREIRA, Pollyanna Cardoso, **Avaliação de impactos ambientais nos países do MERCOSUL,** *In: Ambiente & Sociedade*, Vol.8, N° 2, Campinas, jul./dez, 2005.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. Resenha sobre o livro: **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político,** *In: Sociologia & Antropologia*, vol.2, 2012, p. 309-15. SCHORR, Mauro, *In: ANBio associação Nacional de Biossegurança, ...*

SIDNEY, Torrow. **O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político.** Petrópolis, Vozes, 2009.

SILVA, Filipe Pinheiro, SEABRA, Vinicius da Silva, **O uso do sensoriamento remoto para análise da evolução das manchas urbanas no município de Maricá entre os anos de 1975, 1990 e 2008,** *In: Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR*, Curitiba: INPE, p. 6426.

SIMON, Alba Valéria Santos, **Recategorizando a conservação: da proteção integral às investidas socioambientalistas na concepção e na gestão de unidades de conservação**, Tese de doutorado defendida no PPGG da UFF.

SISNAMA. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Instituído pela Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981

TAVOLARO, Sergio Barreira de Faria. Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral. Fafesp, São Paulo, 2001.

VIEIRA, Paulo F. **Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil: A Contribuição de Ignacy Sachs**, Florianópolis, Santa Catarina: APED, 1998.

VIEIRA, Paulo F.. **A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil**( 1980/ 1990). In: HOGAN, Daniel e VIEIRA, Paulo. *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Unicamp, 1992, p. 103-48.

VIOLA, Eduardo J, LEIS, Hector R. **Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo**, Rio de Janeiro: Instituto de Relações Internacionais/PUC-RJ, n. 8, 1989

VIOLA, Eduardo J, **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais**, São Paulo: Editora Cortez, 1998.

VIOLA, Eduardo J. e LEIS, Hector R. (1992). **A Evolução das Políticas Ambientais no Brasil (1971-1991): do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável**, In: HOGAN, Daniel J. & VIEIRA, Paulo F. (Org.) (1992) *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

Sobre mudanças no plano diretor de Maricá/RJ viabilizando a implantação da infraestrutura para os projetos do COMPERJ. <http://smtvnewsrj.blogspot.com.br/2013/05/marica-se-prepara-para-crescer.html> recuperado em 08 de maio de 2013.

Maricá se prepara para crescer. <http://smtvnewsrj.blogspot.com.br/2013/05/marica-se-prepara-para-crescer.html> . Recuperado em 08 de maio de 2013.

Consulta Pública realizada em 08 de Maio de de 2013 no esporte clube de Maricá disponível em: <http://www.marica.rj.gov.br/?s=noticia&n=2932>, recuperado em 23 de maio de 2013.

**Possível construção de um porto em Jacané preocupa população ...**

26/03/2012 – Em dezembro de 2011, a Câmara dos Vereadores de Maricá ... Alana Gandra Repórter da Agência Brasil *Rio de Janeiro*

<http://www.passeiaki.com/noticias/possivel-construcao-porto-jacone-preocupa-populacao-litoral-fluminense> recuperado em 16 abril de 2013.

Relatório da Audiência Pública sobre alterações do Plano Diretor e da Lei de Uso do Solo recuperado em 14 de maio de 2013. <http://www.marica.rj.gov.br/?s=noticia&n=2999>

Plano Diretor de Maricá 2006: <http://www.marica.rj.gov.br/ambiente/leis/Plano%20Diretor%20Marica.pdf> recuperado em 14 de maio de 2013

**SOS.JACONE-RJ.PORTO.NÃO – UM COMPLEXO PORTUÁRIO À SER INSTALADO EM JACONÉ,AMEAÇA TODOO LITORAL SUL FLUMINENSE.PRECISAMOS ALERTAR A POPULAÇÃO SOBRE ESSE PASSO CONTRA A NATUREZA.** petição em mídia virtual no link: <http://www.peticao24.com/forum/26516> recuperado em 16 de abril de 2013.

Reportagem sobre a construção do Porto com entrevista do Biólogo Mário Moscatelli em 27/04/2013 - <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/04/27/megaporto-transformara-paisagem-da-regiao-dos-lagos-e-pode-prejudicar-turismo/>, recuperado em 16 de abril de 2013.

Notas de rodapé

<sup>1</sup> Um dos principais empreendimentos da história da Petrobras, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) está sendo construído no município de Itaboraí.O empreendimento caracteriza-se como um complexo industrial, onde serão produzidos, numa mesma área industrial, derivados de petróleo e produtos petroquímicos de primeira e segunda geração. <http://www.comperj.com.br> (pesquisado em 25 de julho de 2013)

<sup>2</sup> <http://www.osaqua.com.br/2012/02/15/o-mega-porto-de-jacone/> (pesquisado em 25 de julho de 2013)

<sup>3</sup> <http://roselypellegrino.wordpress.com/tag/porto-de-marica/> (pesquisado em 27 de julho de 2013 )

<sup>4</sup> O movimento ambiental SOS PORTO NÃO está representado pelos movimentos sociais locais tais como: SOS Restinga de Maricá, APALMA, Associação de moradores de Maricá, Associação de Moradores de Jacomé, Associação de Moradores de Saquarema, Associação de pescadores de Zacarias, ABM- Associação de Mulheres por Maricá principalmente.

<sup>5</sup> <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/04/27/megaporto-transformara-paisagem-da-regiao-dos-lagos-e-pode-prejudicar-turismo/> em 27 /04/2013. Não localizamos outra publicação mais recente em 28/07/2013.

<sup>6</sup>Sítio geológico brasileiro. As *Beachroks* foram citadas por Charles Darwin durante sua passagem pelo litoral carioca, em 1832.

<sup>7</sup> PESSANHA, Margarida M. M.. **A percepção da população de Itaipuaçu perante a degradação ambiental e poluição das águas subterrâneas.** Monografia apresentada no curso de especialista em Planejamento e Educação Ambiental pela Universidade Cândido Mendes, 2007.

<sup>8</sup>O uso do sensoriamento remoto para análise da evolução das manchas urbanas no município de Maricá entre os anos de 1975, 1990 e 2008. Filipe Pinheiro Silva<sup>1</sup> UERJ/FFP e Vinicius da Silva Seabra UFRJ Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Curitiba, PR, Brasil, 30 de abril a 05 de maio de 2011, INPE p.6426

<sup>9</sup>Linha de interpretação dos processos de construção do Estado e da modernização capitalista, tanto nos países centrais, quanto na América Latina. O conceito foi utilizado para explicar o desenvolvimento econômico do país pós-1964, entendido como um processo de modernização que não destruiu os elementos tradicionais, provenientes da antiga sociedade pré-industrial, e no qual os proprietários rurais permaneceram no centro do poder político como mencionado por José Maurício Domingues em Ensaios de Sociologia teria e pesquisa pela editora da UFMG , 2004.

<sup>10</sup>As universidades pioneiras foram: Unicamp, USP e UFSC

<sup>11</sup> ANPOCS reuniu um grupo de pesquisa pioneiro na área ambiental em 1986 num momento em que a problemática ambiental era tratada de forma incipiente nas ciências sociais. em 1992, face a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, o grupo publicou um livro considerado um marco na temática ambiental.

<sup>12</sup> O conceito de Justiça ambiental nasceu nos Estados Unidos. Trata-se do “conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo.” (Hacselrad; Herculano (org): 2004)

<sup>13</sup> Aquele que em linhas gerais prevê o consenso e harmonia entre dimensões econômica, ecológica e social (Oliveira: 2008)

<sup>14</sup> Sempre com a permissão do entrevistado

## FIGURAS

Local onde o Porto deve ser construído:



Praia do Sossego em Jacaré/Maricá/RJ

Projeto do Porto de Jacaré:



DTA Engenharia SA